

GUSTAVO MARINHO DE CARVALHO

PRECEDENTES
ADMINISTRATIVOS
NO DIREITO BRASILEIRO

São Paulo

2015



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar
São Paulo - SP - Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP)

Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo - USP)

Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo - USP)

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña - Espanha)

Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue - Argentina)

Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP)

Silvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP)

Equipe editorial

Cristina Freitas (revisão)
Denise Dearo (design gráfico)
Mariela Santos Valim (capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

C3313 Carvalho, Gustavo Marinho de.

Precedentes Administrativos no Direito Brasileiro | Gustavo Marinho de Carvalho
- São Paulo, Editora Contracorrente, 2015.

ISBN: 978-85-69220-00-8

Inclui bibliografia

1. Direito. 2. Precedentes. 3. Precedentes administrativos no Direito Brasileiro.
I. Título.

CDU - 342.9

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	17
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	27
1 OS DOIS PRINCIPAIS SISTEMAS JURÍDICOS OCIDENTAIS E OS PRECEDENTES JUDICIAIS	33
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA FAMÍLIA ROMANISTA E DA <i>COMMON LAW</i>	35
1.2 FAMÍLIA ROMANISTA	37
1.3 FAMÍLIA DA <i>COMMON LAW</i>	46
1.3.1 Os precedentes judiciais na <i>common law</i> e a consequência lógica de seu uso: <i>stare decisis et non quieta movere</i>	57
1.3.2 A superação de precedentes na <i>common law</i>	62
1.3.3 A técnica das distinções de precedentes na <i>common law</i>	70
2 OS PRECEDENTES JUDICIAIS NA FAMÍLIA ROMANISTA	73

2.1 PRECEDENTES JUDICIAIS NA FAMÍLIA ROMANISTA	73
2.2 INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI E OS PRECEDENTES JUDICIAIS	77
2.2.1 Princípios jurídicos	82
2.2.2 Conceitos jurídicos indeterminados.....	89
2.2.3 Cláusulas gerais	92
2.3 A NECESSIDADE DE MAIOR CELERIDADE PROCESSUAL E OS PRECEDENTES JUDICIAIS	95
2.4 OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO BRASILEIRO	97
2.4.1 Julgamento monocrático do relator com base em precedentes	102
2.4.2 Repercussão Geral	104
2.4.3 Súmula vinculante.....	107
3 DOS PRECEDENTES JUDICIAIS AOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	111
4 PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	115
4.1 PRELIMINARMENTE: HETEROVINCULAÇÃO E AUTOVINCULAÇÃO	115
4.2 CONCEITO DE PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	119
4.3 FIGURAS PRÓXIMAS AOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS: COSTUME, PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ATOS PRÓPRIOS E ANALOGIA	125
4.3.1 Costume.....	125
4.3.2 Práticas administrativas.....	127
4.3.3 Atos próprios	128
4.3.4 Analogia	130

4.4 OS FUNDAMENTOS PARA A EFICÁCIA VINCULANTE DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO.....	131
4.4.1 Os princípios jurídicos que fundamentam o efeito vinculante dos precedentes administrativos	132
4.4.1.1 Princípio da Igualdade.....	132
4.4.1.2 Princípio da Segurança Jurídica	135
4.4.1.3 Princípio da Boa-fé	138
4.4.1.4 Princípio da Eficiência.....	140
4.4.2 As regras que servem de fundamento aos precedentes administrativos	142
4.4.2.1 O artigo 2º, parágrafo único, inciso XIII, da Lei de Processo Administrativo Federal.....	142
4.4.2.2 O artigo 50, inciso VII, da Lei de Processo Administrativo Federal	145
4.4.3 O aparente embate entre o princípio da legalidade e os precedentes administrativos	148
4.5 PRESSUPOSTOS PARA A APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS.....	149
4.5.1 Identidade subjetiva da Administração Pública	149
4.5.2 Identidade objetiva essencial.....	152
4.5.3 Identidade das normas jurídicas superiores incidentes.....	154
4.5.4 Legalidade do ato administrativo originário	154
4.5.5 A reiteração como pressuposto para a aplicação precedente administrativo.....	157
4.6 PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	158
4.7 PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS, PROCESSO ADMINISTRATIVO E ATOS AMPLIATIVOS E RESTRIATIVOS DE DIREITOS.....	163

5 CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E A SUA SUPERAÇÃO	171
5.1 CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS.....	171
5.1.1 Invalidação do ato administrativo contrário ao precedente e observância do precedente incidente	172
5.1.2 Indenização pelos prejuízos causados ao administrado	173
5.2 SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES E SUA EFICÁCIA TEMPORAL.....	174
5.2.1 Dever de motivar suficientemente a superação do precedente administrativo.....	174
5.2.2 A projeção eficaz da superação dos precedentes administrativos e a sua publicidade	177
5.3 DIFERENÇA ENTRE SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES E DISTINÇÃO DE PRECEDENTES.....	179
6 AS VANTAGENS EM SE UTILIZAR OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E A SUA OPERATIVIDADE	181
6.1 VANTAGENS EM SE UTILIZAR OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS.....	181
6.2 OPERATIVIDADE DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	183
CONCLUSÕES	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195